

## UNIR VOZES

Na luta pela educação pública, gratuita, que promova a emancipação social!

Chapa 2.

Nos dias 14 e 15 de maio de 2014 será realizada a primeira eleição para a diretoria da Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFSC com a participação de duas chapas. Nós da chapa 2: UNIR VOZES, apresentamos um conjunto de avaliações e propostas que caracterizam nossa chapa: crítica, combativa, democrática e participativa.

Como nos organizamos.

A chapa UNIR VOZES foi construída em três reuniões convocadas abertamente. Nós entendemos que a APG não pode ser uma entidade fechada em si mesma, dirigida por um ou mais discentes sem a relação com as bases de pós-graduandos, e/ou somente organizada por cúpulas partidárias. Algumas pessoas de nossa chapa já compuseram as duas últimas diretorias, que se notabilizaram em divulgar a maior parte de suas reuniões para todas e todos discentes de pós-graduação, que realizou assembleias nas suas principais decisões – como a escolha da representação no Conselho Universitário (CUn). Além disso, desde a metade da gestão de 2012, nos organizamos internamente de tal forma que todas e todos discentes de pós-graduação tivessem o mesmo poder de voto e de voz, pautando-se pela transparência nas decisões.

Participação de discentes de pós-graduação!

Com a criação de novos programas de pós-graduação e a precarização das condições de estudo, o movimento estudantil dessa área cresceu em proporção nos últimos anos. Os momentos de ascensão desse movimento sempre se deram pelas lutas mais imediatas: falta de pagamento das bolsas; ausência de reajustes nos valores das bolsas; várias dificuldades com a antiga “bolsa REUNI”; e perseguições em alguns programas. No entanto, nos últimos anos, o movimento da APG tem tido uma vida mais constante e participação de estudantes.

Discentes de pós-graduação tem que participar da vida política ativa da universidade. Não só participamos de todos os colegiados que temos representação, como reivindicamos maior participação e cadeiras efetivas para nós. Se não fosse a participação no Conselho Universitário e Câmara de Pós-Graduação nos últimos anos, não teríamos nos envolvido em questões cruciais para o nosso cotidiano, como nas discussões de regimentos dos programas. É desafio para a próxima gestão, incentivar a

participação nas representações discentes dos programas e intervir, quando necessário, nos programas que nos impeçam ou limitem o nosso poder de voz e de voto.

Entendemos que essa entidade deve lutar por maior democracia na Universidade: paridade nos colegiados entre os diferentes setores, e voto universal para a escolha de seus dirigentes. Com os possíveis ataques à paridade na escolha do reitor, há movimentos para encolher a participação dos estudantes. É preciso ter projeto de universidade, e todas e todos estudantes também estão preparados para escolher!

É preciso ter princípios e posições explícitas!

Compreendemos que essa entidade precisa ter princípios claros e firmes em relação à produção de conhecimento e sua intervenção ativa na sociedade; deve se pautar pela defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada pelas classes populares; não pode estabelecer uma mera cooperação com a instituição, e sim uma postura combativa em torno dos direitos de discentes de pós-graduação; não pode utilizar essa entidade em benefícios particulares; deve se relacionar com as entidades nacionais, como a Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG), de forma autônoma e crítica; e a entidade deve ser autônoma e independente à partidos políticos, governos e a reitoria: não podemos ter uma entidade que deixe de fazer crítica diante das políticas educacionais equivocadas de governo A ou B.

As políticas educacionais e as contrarreformas que atingem a educação pública e a produção de conhecimento.

É preciso ter uma posição clara frente às políticas públicas que incidem sobre a educação brasileira e a produção de ciência e tecnologia. Com as contrarreformas empreendidas desde os anos de 1990 aos dias atuais na educação – da Educação Básica ao Ensino superior –, há uma tendência ao amoldamento da escola, a universidade e profissionais nelas formados, aos objetivos econômicos, políticos e ideológicos das classes dominantes. Para garantir a ampliação do seu capital demandam, a qualquer custo (humano, social e ambiental), a ampliação da produtividade do trabalho, que, entre outros elementos, requer criação de novas tecnologias e qualificação da força de trabalho, subordinando-os, cada vez mais, à lógica da acumulação privada, utilizando para isso, inclusive, das estruturas e recursos das instituições públicas. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) são profundos golpes ao caráter público da educação brasileira, pois privilegiam a iniciativa privada em detrimento do público.

E como essa situação se apresenta no dia a dia?

A situação descrita acima tem se materializado e agravado nas universidades brasileiras nos últimos anos. A requerida expansão e interiorização das Universidades foram efetivadas de forma arbitrária e precárias, seguindo a lógica do mercado, pragmática e produtivista, onde docentes, técnicos e discentes são cada vez mais vistos como meros mecanismos de um ambiente tecnicista. O papel da Universidade tem sido certificar mais com menos e atender, quase que exclusivamente, as demandas e interesses do mercado. Por consequência, vivemos localmente com: discentes de pós-graduação trabalhando no lugar de docentes, sem bolsas, sem orientações e sofrendo pressão para publicar textos, em alguns casos, em forçada co-autoria, sem necessariamente, produzir conhecimento; encurtamento do tempo de pesquisa; falta de disciplinas nos programas de pós-graduação; precarização de pesquisadores de pós-graduação na cobrança de “cumprimento de jornada” e não recebimento de “direitos trabalhistas”; rebaixamento da renda de docentes e técnicos; planos de carreira insuficientes; sucateamento da estrutura física das universidades; falta de docentes e técnicos administrativos; sobrecarga de trabalho; disputa entre centros na lógica meritocrática; adoecimento de docentes e discentes; terceirização; entre outros pontos.

Por isso, a chapa 2: UNIR VOZES, entende e defende o conhecimento e a educação como necessidades humanas básicas, que tem um papel importante para emancipação humana. Nossa luta e compromisso serão pela garantia de uma educação pública, gratuita, de qualidade e emancipadora, na direção da transformação social, defendendo que a produção do conhecimento sirva para o povo. Comprometemo-nos a lutar contra: a mercantilização, corporativismo e meritocracia (concorrência/competição) da/na educação, a precarização do ensino, a fragilização atual da pós-graduação e as desigualdades nas condições de estudo e acesso à universidade. Em síntese, citando Mészáros (2005), nossa luta é por uma “educação para além do capital”.

### **Defendemos e reivindicamos:**

<b>EIXO e BANDEIRA</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>Universidade</b>  <i>“Defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e emancipadora, na direção da transformação social”.</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Luta pela transparência nos processos da universidade, tais como: critério de concessão de bolsas, seleção de ingresso nos cursos de pós-graduação, fila de espera/cadastro de reserva;</li><li>- Luta pela ampliação da democracia interna na UFSC (voto universal para cargos dirigentes e paridade nos colegiados);</li><li>- Exigir a cadeira da APG no CUn na próxima reforma estatutária, assim como eliminar o mecanismo que impede discentes de representar em mais de um</li></ul>

	<p>conselho;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular o fomento de projetos de pesquisa e extensão que atendam os interesses do povo brasileiro e não a simples incorporação de valores e interesses comerciais de terceiros; discussão sobre a produção científica: para quê? Para quem?</li> <li>- Apoio aos movimentos em defesa da saúde e educação pública, gratuita e de qualidade;</li> <li>- Posição contrária à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) assumir o Hospital Universitário (HU). Essa empresa visa precarizar o trabalho e serviço em saúde, abrir as portas para a privatização, e ferir a autonomia técnico-científica da Universidade no hospital;</li> <li>- Posicionamento contrário aos cursos de pós-graduação pagos na UFSC;</li> <li>- Apoio aos 10% do PIB e Royalty do Pré-Sal para a educação pública;</li> </ul>
<p><b>Pós-graduação</b></p> <p><i>“Melhorar as condições de estudo e permanência na universidade”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lutar para garantir moradia estudantil a discentes de pós-graduação;</li> <li>- Reivindicar bolsas permanências para discentes de pós-graduação de baixa renda e que não tenham bolsa de pesquisas;</li> <li>- Lutar pela ampliação da acessibilidade de discentes nos programas em geral, o que inclui a ampliação de profissionais intérpretes e auxiliares de sala para discentes que precisam de apoio;</li> <li>- Luta pela ampliação e valorização anual das bolsas de pós-graduação;</li> <li>- Defesa de direitos mínimos a discentes de pós-graduação, tais como: licença maternidade, tratamento de saúde sem perda da bolsa; creche para filhos de discentes da pós-graduação;</li> <li>- Contra o assédio moral e deslocamento de discentes de pós-graduação para atividades além das obrigações discentes;</li> <li>- Contra bolsas de pesquisa vinculadas com retorno e cumprimento de horas de trabalho;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar o vínculo de discentes de pós-graduação com a universidade para além do dia da defesa, pelo menos, até a entrega do trabalho final;</li> <li>- Melhorar e ampliar a comunicação da APG com discentes da pós-graduação;</li> <li>- Direção colegiada da APG, organizada por coordenações de trabalho: horizontalidade na diretoria da APG;</li> <li>- Realização de formação política;</li> <li>- Diálogo e intercâmbio com as entidades representativas da graduação, com o intuito de fortalecer as lutas do movimento estudantil;</li> <li>- Estruturar a sede da APG no Centro de Convivência;</li> <li>- Promover debates sobre o novo Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG);</li> <li>- Espaço/momentos de lazer e confraternização de discentes de pós-graduação.</li> </ul>
--	--

Membros da chapa:

Anibal Brito Neto - Doutorado em Educação (PPGE)

Davi Perez - Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Ecléa Vanessa Baccin – Mestrado em Educação (PPGE)

Ellen Caroline Pereira – Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Emyly Kathyury – Doutorado em Educação (PPGE)

Jeferson Virgílio – Mestrado em Antropologia (PPGAS)

Jennifer Sotto Maior - Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Joana Calado - Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Joana D'Arc Vaz – Doutorado em Educação (PPGE)

Juliana Faust – Mestrado em Educação (PPGE)

Karina Elis Christmann – Mestrado em Linguística (PPGL)

Lara Carlette - Doutorado em Educação (PPGE)

Rodrigo Ribeiro – Doutorado em Serviço Social (PPGSS)

Primeiros Apoiadores:

Eliane Aguiar – Doutorado em Educação (PPGE)

Samuel Salezio dos Santos - Mestrando em Serviço Social (CSE)

Mariana Davi Ferreira - Mestranda em Relações Internacionais (CSE)

Giana Carla Laikovski - Mestranda em Sociologia Política (CFH)

Débora Ferrazo - Mestranda em Direito (CCJ)

Carla Damasceno de Moraes - Programa de pós-graduação em Linguística (PPGL)

Rogers Rocha - Programa de pós-graduação em Linguística (PPGL)

Roberta Cantarela - Programa de pós-graduação em Linguística (PPGL)

Geisielen Santana Valsechi - Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET)

Mariana Rosa - Mestrado profissional em saúde mental e atenção psicossocial (MPSM)

Clarianne Natali - Mestranda em Engenharia Mecânica (POSMEC)

Igor de Sousa - Mestrando em Antropologia Social (PPGAS)

Jessica Daminelli - Mestranda em Sociologia Política (PPGSP)

Maurício Pereira Gomes - Doutorando em Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH)

Juliana Thais Andrade – Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Maria Cecília – Mestrado em Serviço Social (PPGSS)

Mauri Antonio da Silva – Doutorado em Serviço Social (PPGSS)

Michel Goulart – Doutorado em História (PPGH)

Ricardo Velho – Doutorado em Educação (PPGE)

Dalton Menezes – Doutorado em Educação (PPGE)

Adalberto Tabalipa – Mestrado em Educação (PPGE)

Alberth Alves Rodrigues – Doutorado em Serviço Social (PPGSS)